

Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas TERRAS INDÍGENAS DA CAATINGA

TI Tingui-Botó

Boletim Informativo CGGAM n. 03 - 2019

APRESENTAÇÃO

O Boletim Informativo “Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas Terras Indígenas da Caatinga” apresenta iniciativas realizadas em cinco Terras Indígenas localizadas no Bioma Caatinga: Tingui-Botó, Pankararu, Xukuru-Kariri, Wassu-Cocal e Caiçara/Ilha de São Pedro, que articulam práticas de gestão ambiental com produção sustentável. O objetivo desta publicação é divulgar essas iniciativas mostrando como ações comunitárias simples podem contribuir com a sustentabilidade da Caatinga, que é o bioma brasileiro menos conhecido, protegido e pesquisado. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, apenas 8,4% de sua área são áreas protegidas e cerca de 45% do bioma é desmatado.

A Caatinga, “Mata Branca” na origem Tupi, é o único bioma exclusivamente brasileiro, que abriga cerca de 28 milhões de pessoas e ocupa 844 mil quilômetros quadrados (11% do território nacional) nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A população indígena na Caatinga é em torno de 90 mil habitantes de 45 diferentes povos, em 36 Terras Indígenas. O bioma possui vegetação adaptada ao clima semiárido, é heterogêneo, rico em biodiversidade e possui um patrimônio biológico não encontrado em nenhum outro lugar do mundo. Pode-se afirmar que a Caatinga é a região semiárida mais rica em espécies do mundo.¹

Essa grande riqueza se reflete também na diversidade cultural e no potencial criativo da população que habita a Caatinga, notadamente os povos indígenas, cujos territórios se destacam na conservação desse importante bioma.

“Os territórios indígenas cumprem papel central na conservação do Cerrado e da Caatinga e conectam diferentes biomas do país. Prestam importantes serviços ambientais como a manutenção de recursos hídricos, contenção do desmatamento e redução das emissões de carbono na atmosfera. Além de serem responsáveis pelas áreas protegidas mais bem conservadas nesses biomas, os povos desses territórios são detentores de conhecimentos e de práticas tradicionais de manejo, recuperação e conservação dessa biodiversidade.”

É, portanto, de grande relevância compreender e divulgar práticas indígenas de produção sustentável e gestão ambiental que se destacam como alternativas de geração de renda, fortalecimento cultural e proteção territorial e ambiental, dando visibilidade à Caatinga como espaço de persistência, criatividade, diversidade e beleza: como espaço de vida.

A “Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga”, publicada durante o Seminário “Desafios da Gestão Territorial e Ambiental das TIs dos Biomas Cerrado e Caatinga”, realizado em Brasília, no mês de setembro de 2018, indica a necessidade de valorizar os produtos da sociobiodiversidade, incentivar a implantação de sistemas agroecológicos e quintais produtivos, conscientizar sobre uso de agrotóxico e estimular produção agroecológica, entre outras demandas dos povos indígenas do Cerrado e da Caatinga para os gestores públicos. Posto isso, compreendemos que a divulgação de práticas indígenas de produção sustentável e gestão ambiental colabora para o atendimento dessas demandas, fortalecendo as experiências e multiplicando os saberes.

“Essa mata tem uma importância muito grande, por isso que toda vida nós lutamos pra ficar aqui e aqui nós estamos.”

Dona Neném
(PGTA Tremembé)



PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA CAATINGA

TI TINGUI-BOTÓ

O território tradicional que atualmente é a Terra Indígena Tingui-Botó teve seu processo de regularização iniciado nos anos de 1970 e avançou com a aquisição de áreas nos anos de 1985 e 2007. A TI encontra-se na localidade de Olhos d'água do Meio, nos municípios de Feira Grande e Campo Grande, no estado de Alagoas. Possuindo a área aproximada de 530 hectares, o território faz parte da região do agreste alagoano e situa-se na zona de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga.

A história da conquista desse território está relacionada aos aldeamentos jesuítas instituídos na região do Baixo São Francisco, ainda no século XVIII.³ Nesse período, dá-se a proletarianização dos povos indígenas e se inicia o processo de expropriação de suas terras, posteriormente intensificado com a extinção oficial dos aldeamentos no estado de Alagoas.

No final do século XIX, os indígenas da região já se encontravam totalmente sem terras para a prática de suas atividades tradicionais, exceto pelas 60 tarefas⁴ de mata que conseguiram preservar, destinadas para a celebração do ritual do Ouricuri⁵. Essa expropriação teve como consequência a dispersão dos indígenas pela região, resultando na chegada de um pequeno grupo à localidade de Olhos d'água do Meio, em meados do século XX. Essa trajetória faz parte das memórias dos povos Tingui-Botó, Karapotó e Kariri-Xokó, os quais mantêm vínculos de parentesco e ritualísticos até a atualidade.

Em meados da década de 1970, em articulação com a luta do povo Kariri-Xokó pelo seu território, os Tingui-Botó buscaram o reconhecimento de sua identidade e intensificaram a luta pela conquista de suas terras. Assim, a cultura do povo Tingui-Botó, especialmente a prática do ritual do Ouricuri, foi a fortaleza para o avanço de suas conquistas territoriais, resultando em melhores condições para suas atividades produtivas e de qualidade de vida.

Através da história do povo Tingui-Botó, é possível identificar a importância da dimensão ambiental para a conquista e para o cuidado de seu território. A cultura desse povo resiste, no agreste alagoano, com sua relação espiritual com as matas da Caatinga.

Como relata a liderança do movimento indígena Marcos Sabarú: “nós temos um trabalho de recuperação de nascentes. Na verdade, a Terra Indígena inteira é recuperada. A terra, antigamente, eram duas fazendas. Todas de pasto. A gente revitalizou a terra toda, na verdade. A gente revitalizou as nascentes, a própria mata e os rios que não existiam na época. A gente é um povo que vem da realidade de ser cortador de cana, de trabalhar de meeiro, de trabalhar para fazendeiro. Aí a terra foi adquirida pela Funai e nós começamos um trabalho de revitalização”.



O Ouricuri é um ritual secreto realizado nas matas verdes da Caatinga, preservando-se a fauna, a flora e os rios. Por essa relação com o meio ambiente, os Tingui-Botó também são membros do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, órgão colegiado que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia.

Sabarú ainda acrescenta: “a nossa terra é totalmente zoneada pela própria comunidade. Tem a área de mata que é para apenas tirarmos lenha para fazer a farinha. Essa área é sagrada, pois é a área do Ouricuri. Temos a área de roça, que é onde nós plantamos. Tem o lugar de esporte, que é o campo. Tem o lugar de criação. E tem o lugar de caça e floresta”.

Em seu território, atualmente, os Tingui-Botó realizam a produção familiar para consumo próprio e para a comercialização nos mercados locais. Seus principais produtos são a mandioca, a farinha e a batata-doce. Essa última possui grande destaque na produção regional. Com aproximadamente 500 sacas por família/ano, a batata-doce é comercializada em grandes centros, como Maceió, e nos municípios próximos à Terra Indígena, acessando mercados como o CEASA e os Programas Nacionais de Alimentação Escolar e de Aquisição de Alimentos, o PNAE e o PAA.

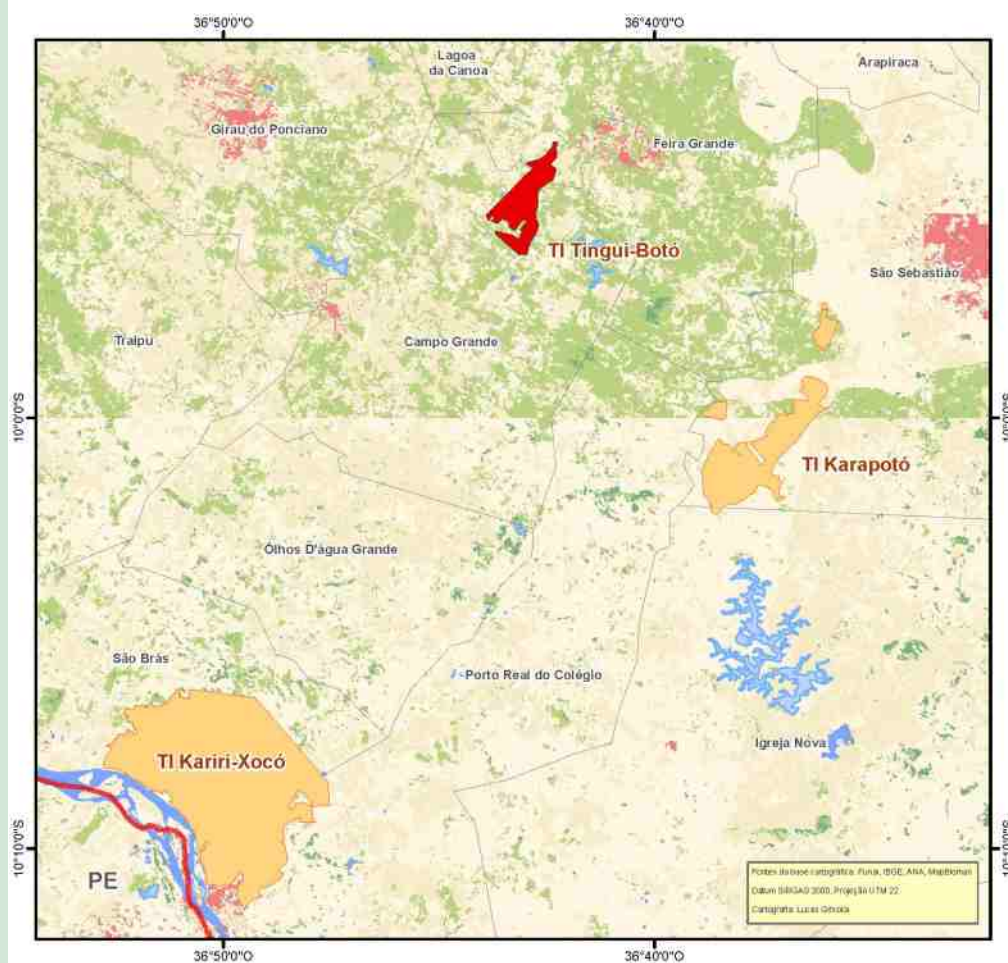


TI Tingui-Botó

Contexto Regional

“ Nós somos um povo autossustentável.
Não precisamos de cesta básica.
Não temos desnutrição infantil.
Não temos fome nas aldeias.
Não temos problemas com alcoolismo.
Não temos problemas com drogas
e nem com prostituição.
Então, eu digo que a nossa produção
já ajudou muito o nosso povo. ”

Nessa experiência de gestão do território e do meio ambiente, a cultura do povo Tingui-Botó contribuiu para a recuperação de matas verdes da Caatinga, especialmente na prática do ritual do Ouricuri. A partir da própria organização social da comunidade, o território é planejado e gerido para o fortalecimento cultural nas suas práticas tradicionais e para a melhoria de sua qualidade de vida através da geração de renda e da soberania alimentar e nutricional, ligadas à produção familiar.



Legenda

- TI Tingui-Botó
- Terras Indígenas
- Limites Estaduais
- Limites Municipais
- Rio São Francisco



Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas Terras Indígenas da Caatinga

Ficha Técnica

Pesquisa, Redação e Organização:

Vera Olinda Sena Paiva
Clara Teixeira Ferrari
Lucas Guimarães Grisolia
Gabriel Silva Pedrazzani
Fernanda Tibana Machado
Leiva Martins Pereira
Marcos Sabarú (Tingui Botó)

Entrevistados:

Marcos Sabarú (Tingui Botó)
Ricardo dos Santos (Xocó)
Carlos Gomes de Freitas (Wassú)
Franklin Melo Freitas (Xokó)
Celso Xukuru
Gecinaldo Xukuru-Kariri

Colaboradores:

Marcelino Soyinka Dantas – CR NE I
Francimar da Silva Albuquerque – CR BSF
Denival Diniz Botelho – CR NE I
Gilberto da Silva – CR NE I

Realização:

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS
- Coordenação Geral de Gestão Ambiental – CGGAM
- Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento – CGETNO
- Coordenação Regional Nordeste I
- Coordenação Regional do Baixo São Francisco

Mapas:

Lucas Guimarães Grisolia

Revisão Textual:

Fernanda Tibana Machado

Fotos:

Tingui-Botó © Gilberto da Silva/Funai

Projeto Gráfico:

Marli Moura - Sediv/Cogedi/CGGE

Referências

¹ LEAL, Inara R. TABARELLI, Marcelo. SILVA, José Maria C. (Ed). Ecologia e conservação da caatinga. Ed. Universitária da UFPE, 2003.

VASCONCELOS, Jorge. Plano de divulgação do bioma Caatinga. MMA: Brasília, 2011.

² Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga – Desafios para a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas. Set/2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5058-carta-dos-povos-indigenasdo-cerrado-e-da-caatinga-desafios-para-a-gestao-ambiental-e-territorial-das-terrasindigenas?limitstart=0#>

³ Ana Laura Loureiro Ferreira. Luta, Suor e Terra: campesinato e etnicidade na trajetória do povo Tingui Botó e comunidade quilombola Guaxinim (AL). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ Unidade de medida de área: 3.3 tarefas = 1 ha.

⁵ MOTA, Clarisse N. da. Os filhos da Jurema na floresta dos espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas no Nordeste Brasileiro. Maceió: EDUFAL, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
SCS Q. 9 - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre B
Telefones: 3247-6815 / 3247-6636 / 3247-6729
Brasília-DF - 70308-200



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL